

20ª REUNIÃO DOS MINISTROS DA DEFESA DA CPLP

Intervenção do Secretário Executivo,
Embaixador Francisco Ribeiro Telles

Brasília, 1 de junho de 2021

VIDEOCONFERÊNCIA

- Começo por cumprimentar Sua Excelência o Ministro de Estado e da Defesa do Brasil (Walter Souza Braga Netto), anfitrião da XX Reunião de Ministros da Defesa da CPLP;
- Assim como a Ministra de Estado, da Defesa e da Coesão Territorial de Cabo Verde (Janine Lélis), presidência em exercício da CPLP;
- Saúdo, igualmente, Suas Excelências os Ministros da Defesa dos Estados-Membros da CPLP;
- Sua Excelência a Embaixadora de Timor-Leste;
- Os Exmos. Senhores Diretores de Política de Defesa Nacional;
- O Exmo. Senhor Diretor do Centro de Análise Estratégica;
- E todos os membros das delegações;

Excelências, minhas Senhoras e meus Senhores:

Quando realizámos a nossa última reunião ministerial, em Luanda, em maio de 2019, estávamos longe de imaginar que a XX Reunião de Ministros de Defesa da CPLP decorreria no contexto e no formato em que hoje se realiza.

Neste quadro difícil e complexo, a CPLP tem procurado reforçar o seu contributo enquanto fórum privilegiado de cooperação

multilateral ao serviço do desenvolvimento dos seus Estados-Membros. Queremos estar alinhados com o esforço global de mitigação da pandemia, através da facilitação e participação em plataformas e fóruns de debate; através da partilha de informações e experiências com os Estados-Membros, com os parceiros internacionais e com as organizações da sociedade civil.

Também a cooperação no setor da Defesa constitui um meio privilegiado para encontrar respostas aos desafios securitários atuais: o terrorismo e o fundamentalismo religioso - que já penetraram no espaço da CPLP, e refiro-me à situação que se vive no Norte de Moçambique, pelo que queria, nesta ocasião, manifestar na pessoa de Sua Excelência o Ministro da Defesa de Moçambique, a nossa total solidariedade e disponibilidade para com as autoridades moçambicanas – assim como outras ameaças, como a pirataria; o crime internacional e os mais diversos tráficos; a poluição e o lixo marinho, as alterações climáticas e os desastres naturais, que têm, também, afetado os nossos Estados-Membros de forma muito significativa, como foi aqui referido.

É, também por isso, particularmente pertinente e oportuno o contributo do Setor da Defesa para a resposta a catástrofes, que esta reunião apreciará.

Esta temática mereceu, aliás, a melhor atenção da XXV Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em dezembro de 2020, que aprovou a resolução sobre o reforço da Cooperação em Situações de Emergência, a qual toma em consideração o trabalho desenvolvido pela componente de defesa, nomeadamente no âmbito das XVIII e XIX reuniões de Ministros de Defesa.

Trata-se de uma resolução que procura enquadrar e otimizar a utilização coordenada dos diversos mecanismos de cooperação em cenários de emergência, reforçar o diálogo multidisciplinar e capitalizar as diferentes capacidades setoriais dos Estados-Membros.

Ao longo do tempo, as múltiplas iniciativas de cooperação em matéria de Defesa têm contribuído para a coesão entre os nossos países e, por conseguinte, para a consolidação da nossa Comunidade, seja no campo da Saúde Militar, da cooperação entre marinhas, da formação, através do Colégio de Defesa, ou da interoperabilidade entre as forças armadas, por via dos Exercícios Felino.

Algumas destas ações contribuem também, de maneira mais direta, para a visibilidade internacional da organização, como é novamente o caso dos Exercícios Felino, que acolheram, pela primeira vez, observadores internacionais, ou ainda a possibilidade de vir a ser desenvolvido um trabalho conjunto com vista ao reforço de capacidades e troca de experiências no domínio das operações de paz sob a égide das Nações Unidas, conforme proposto por Portugal.

Por outro lado, gostaria de destacar, para além da continua articulação com o SPAD, a excelente colaboração que temos mantido com o Centro de Análise Estratégica, que tive oportunidade de visitar e ser recebido pelo atual diretor e equipa, que saúdo, pelo dinamismo do trabalho desenvolvido.

Referir, também, a decisão do Comité de Concertação Permanente de financiar, através do Fundo Especial da CPLP, por via da contribuição financeira do Brasil, o projeto de Criação do Espaço CPLP nas instalações do Centro; e ainda a participação do Secretariado Executivo no grupo de reflexão promovido pelo CAE sobre as possibilidades de cooperação com os Observadores Associados; bem como a participação recíproca em seminários e outros eventos de interesse comum.

Ainda uma última referência para, no âmbito da dinamização da componente de defesa, reiterar a total disponibilidade do Secretariado Executivo para facultar a utilização do portal da CPLP para alojar informação relativa à cooperação em matéria de Defesa, procurando dessa forma contribuir para divulgação do importante trabalho realizado.

Excelências, minhas Senhoras e meus Senhores,

Se é verdade que a pandemia condicionou o nosso trabalho, não é menos verdade que a CPLP e os seus Estados-Membros têm conseguido demonstrar a necessária resiliência para avançar de forma significativa.

A CPLP está a poucos dias de celebrar 25 anos, o que acontecerá no próximo dia 17 de julho, data da realização da 13ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Luanda, dando início à presidência angolana, para o biénio 2021/2023.

Da agenda da Cimeira, gostaria de destacar três aspetos.

O primeiro, no plano intracomunitário, diz respeito ao Acordo sobre a Mobilidade na CPLP, que pretende facilitar a circulação de

peçoas com base num modelo flexível, gradual e variável, que permite aos Estados-Membros escolher as modalidades de mobilidade mais convenientes para a sua realidade interna a cada momento, sem desvinculação do esforço contínuo de aprofundamento da cooperação neste setor.

Este acordo contribuirá, certamente, para a afirmação da CPLP enquanto uma Comunidade de peçoas, reforçando o seu sentimento de pertença à organização, ao mesmo tempo que beneficiará setores como a mobilidade académica e científica, a cooperação empresarial, o turismo, entre outros.

A segunda matéria diz respeito ao plano externo e à visibilidade internacional que a CPLP tem vindo a alcançar, como demonstram as 14 candidaturas de países e organizações internacionais à categoria de observador associado, na sua maioria já totalmente instruídas, como é o caso da Costa do Marfim, do Peru, dos Estados Unidos, do Canadá, do Qatar, da Irlanda, da Grécia, da Espanha, ou da Roménia, a par com a Conferência Ibero-Americana.

Esta realidade é bem elucidativa do interesse crescente que as atividades da CPLP suscitam no plano internacional.

A partir de Luanda, a CPLP contará com perto de 30 observadores associados (eram 6 em 2014) o que constitui vasto potencial de cooperação, mas também um desafio na concretização de parcerias de cooperação geradoras de mais-valias concretas, mutuamente vantajosas, e ao qual estamos a procurar responder com a definição de novas modalidades de relacionamento com estes parceiros.

A terceira questão prende-se com a consagração da componente económica e empresarial nos trabalhos da nossa Organização e que Angola irá assumir como vetor central do programa da sua presidência.

Termino, Excelências, formulando votos de que a XX Reunião de Ministros da Defesa nos permita avançar na consolidação da cooperação da importante componente de Defesa na nossa Comunidade.

Muito obrigado.